

CONTRATO 051/2022

PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2022 PROCESSO N° 048/2022

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU SISTEMA DE GERENCIAMENTO SIMILAR, COMO MEIO DE PAGAMENTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAGAMAR E A EMPRESA LINK CARD BENENFICIOS EIRELI

Por este instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE LAGAMAR**–MG inscrito no CNPJ sob o n.º 18.192.260/0001-71, com sede administrativa à Praça Magalhães Pinto, nº 68, Centro, Lagamar-MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Auro José Pereira, CPF nº 238.976.276-04, brasileiro, casado, produtor rural, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, de outro lado a empresa **LINK CARD BENEFÍCIOS EIRELI**, CNPJ nº 12.039.966/0001-11, estabelecida na rua Rui Barbosa nº 449, centro no município de Buri, no estado de São Paulo CEP: 18.290-000, neste ato representada pela Sra. Patrícia Aparecida de Lima, CPF nº 315.737.018-90, nacionalidade brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 45.339.029-8, órgão expedidor SSP/SP, daqui por diante, denominada simplesmente **CONTRATADA** e tem entre si, justo e contratado e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com a minuta examinada pela Procuradoria Geral do Município, atendendo ao disposto no parágrafo único do art. 38, da Lei nº 8.666, de 21/Junho/1993, em conformidade com o constante do Processo de Licitação nº 048/2022, o presente **CONTRATO**, que reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21/Junho/1993 e

alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520 de 17/Julho/2002, Lei Estadual nº 14.167 de 10/Janeiro/2002, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1 O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU SISTEMA DE GERENCIAMENTO SIMILAR, COMO MEIO DE PAGAMENTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAGAMAR, conforme itens constantes no Anexo I, parte integrante deste instrumento.
- 1.2. Deverão abranger os seguintes serviços:
- a) Aquisição de todos os tipos de combustíveis;
- b) Aquisição de óleo Lubrificantes em geral;
- c) Aquisição de peças em geral
- d) Aquisição de pneus
- e) Manutenção geral da frota.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO DA TAXA ADMINISTRATIVA, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto;
- 1.3.1. Serão aceitas taxas administrativas iguais a 0% (zero por cento).
- 1.4. Os fornecimentos de quaisquer dos itens não poderão estar condicionados a faturamento mínimo e deverão ser entregues de forma parcelada, conforme houver necessidade da CONTRATANTE;
- 1.5. A contratação tem por objetivo, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e promover o desenvolvimento regional, garantindo a boa qualidade dos serviços e materiais e de empresas comprometidas com o desenvolvimento;

Parágrafo primeiro – os serviços deverão obedecer ao Termo de Referência.

Parágrafo segundo – A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo nº 048/2022, e que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariarem: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022.

Parágrafo terceiro – O objeto ora adquirido foi objeto de licitação, de acordo com o disposto na Lei 10.520/02 e subsidiariamente na Lei 8.666/93, sob a modalidade mencionada na alínea "a" do parágrafo 4.º desta cláusula.



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **2.1**. Propiciar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- **2.2**. Encaminhar a solicitação de fornecimento do (s) item (s), por e-mail através da nota de empenho ou NAF (nota de autorização de fornecimento), por intermédio do gestor titular ou substituto do contrato;
- **2.3**. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao recebimento do (s) item (s) solicitado (s);
- **2.4.** Comunicar formalmente e imediatamente a Contratada do item, qualquer anormalidade no fornecimento (entrega) do(s) item(s), podendo suspender a entrega em desacordo com as especificações contidas no edital para que o(s) mesmo(s) possa ser substituído(s) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sem acréscimo de valor; Em caso de descumprimento, o contrato será rescindido, sem prejuízo das demais sanções administrativas, em virtude dos prejuízos causados à Administração, em conformidade com disposto na Lei nº 8666/93;
- **2.5**. Prestar informações e os esclarecimentos atinentes à prestação do serviço, que venha a ser solicitados pelos funcionários da Contratada;
- **2.6**. Dar ciência à empresa contratada imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;
- **2.7**. Remunerar a Contratada na forma prevista no contrato;
- **2.8.** Notificar a Contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento, conforme previsto em Edital e no art. 87 da Lei 8.666/93;
- 2.9. A existência da fiscalização não eximirá a empresa contratada de nenhuma responsabilidade técnica;
- **2.10.** Acompanhar e fiscalizar, com rigor, o cumprimento do objeto desta contratação, a fim de que os serviços sejam realizados com eficiência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Executar os serviços de acordo com o especificado no edital, contrato e Termo de Referência;

3.2. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou

municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas, inclusive

quanto aos preços praticados no contrato;

3.3. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas, que porventura venham a

ocorrer, serem sanadas em conformidade com estipulado no edital;

3.4. Após notificação de qualquer ocorrência, a contratada deverá atender de imediato as solicitações de

correções, dentro do prazo máximo de 10 dias corridos;

3.5. Arcar com eventuais prejuízos à CONTRATANTE e/ou a terceiros, praticados por seus empregados,

decorrentes de sua culpa ou dolo, na entrega dos produtos/serviços contratados;

3.6. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes,

encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer

outras que forem devidas aos seus empregados, necessárias para o fornecimento dos produtos/serviços,

objeto deste contrato, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com

estes:

3.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua

culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a

fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

3.8. Atender prontamente quaisquer exigências do representante da Contratante, inerentes ao objeto do

certame, respeitados os horários de atendimento;

3.9. Comunicar a Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os

esclarecimentos julgados necessários;

3.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.11. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas e fiscais, não transfere a

responsabilidade por seu pagamento à Contratante, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela

qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a

Contratante;

3.12. Expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver

prévia autorização da Contratante;

3.13. É vedada a subcontratação de outra empresa para a prestação do serviço objeto deste contrato;

3.14. Apresentar e disponibilizar, à Contratante, soluções que a mantenham atualizadas à segurança e à

qualidade dos serviços;

3.15. Independentemente de transcrição, sujeitar-se às demais obrigações estabelecidas neste Termo de

Referência:



- **3.16.** Garantir o sigilo e a inviolabilidade das comunicações de dados, realizadas por meio dos serviços desta contratação.
- **3.17.** Todos os itens deverão ser entregues conforme especificações e cronograma de entrega, observando o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento da Autorização de Compra (NOTA DE EMPENHO);
- **3.18.** No ato da entrega, substituir no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos o (s) objeto (s) que esteja (m) em desacordo com as especificações contidas no termo de referência, em caso de roubo, quebra, defeito ou mal-uso das baterias, sem acréscimo de valor. Em caso de roubo, o prazo para reposição das baterias terá início a partir da apresentação do boletim de ocorrência policial, registrado pela CONTRATANTE:
- **3.19.** Arcar com todas as despesas de transporte decorrentes da entrega, substituição e/ou manutenção, não gerando nenhum tipo de acréscimo de valores aos serviços prestados a CONTRATANTE.
- **3.20.** Disponibilizar, juntamente com as notas fiscais/fatura, relatórios analíticos e sintéticos do período faturado, discriminando todas as transações/operações realizadas, por base operacional e respectivo centro de custo, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - a) Identificação do posto (nome, município e UF);
 - b) Identificação do veículo (marca, modelo e placa);
 - c) Leitura do hodômetro do veículo;
 - d) Data e hora da transação;
 - e) Discriminação do tipo de produto ou serviço fornecido;
 - f) Quantidade referente a unidade da transação executada;
 - g) Valor da operação por veículo;
 - h) Identificação do usuário (nome e matrícula).

Quando da implantação do sistema e inclusão de novos veículos, fornecer, sem ônus para a CONTRATANTE cartões de abastecimento cartões de abastecimentos ou sistema similar com usuário e senha pessoal e intransferível para cada veículo da frota gerenciada, de forma individual e intransferível, de acordo com as solicitações e relações recebidas por documento da CONTRATANTE.

3.21. Quando da implantação do sistema e inclusão de novos usuários, fornecer, sem ônus para a CONTRATANTE, cartões de abastecimentos ou sistema similar com usuário e senha pessoal e intransferível para usuários.

3.22. Caso a tecnologia não necessite desse dispositivo para identificação do usuário, basta que a

CONTRATADA comunique o fato à CONTRATANTE, até a data do término do prazo de implantação

informado neste Termo de Contrato.

3.23. Fornecer relação de toda a rede credenciada, com endereço, telefone e horário de funcionamento,

no prazo máximo de 05 (cinco) dias e atualizá-la periodicamente junto ao gestor e ao fiscal administrativo

e técnico do contrato.

3.24. Credenciar, sem ônus, estabelecimentos a pedido da CONTRATANTE nos locais, prazos e

condições indicados neste Termo de Contrato.

3.25. Possibilitar a ampliação gradativa da Rede Credenciada, incluindo outras localidades, mediante

solicitação da CONTRATANTE.

3.26. Possibilitar solução web service, para exportação de todas as informações constantes no seu banco

de dados referentes às viaturas da CONTRATANTE, para os sistemas da CONTRATANTE, inclusive no

formato "EXCEL".

3.27. Responsabilizar-se totalmente pelos pagamentos aos estabelecimentos comerciais credenciados,

sendo que a CONTRATANTE não responderá solidária ou subsidiariamente por nenhum pagamento.

3.28. Providenciar a correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos

serviços prestado por sua rede credenciada.

3.29. Responsabilizar-se inteiramente pela produção do sistema informatizado de gerenciamento de

frota, incluindo, mas não se limitando, a equipamentos servidores, hospedagem das aplicações do sistema

em sítio próprio, manutenção das bases de dados, procedimentos de instalação, migração, backup,

recuperação, segurança, treinamento a usuários finais, ambiente e softwares operacionais, e quaisquer

outras atividades, softwares, hardwares ou serviços necessários à operação e produção plena do sistema

em questão, com todas as suas funcionalidades previstas.

3.30. Manter todos os estabelecimentos da rede credenciada informados de que não cabe à

CONTRATANTE, sob nenhuma hipótese, efetuar qualquer tipo de pagamento a essas empresas pelos

serviços prestados ou fornecimento de bens executados, posto a inexistência de relação contratual ou

financeira entre a CONTRATANTE e a referida rede.

3.31. Arcar com os custos de implantação e implementação do sistema de gerenciamento.

3.32. Apresentar mensalmente, ou sempre que solicitado, cópia do documento fiscal ou outro

equivalente emitido pela empresa prestadora do serviço, com a discriminação dos valores dos serviços,

tributos e possíveis descontos comerciais, de forma a possibilitar a verificação e confirmação do valor

efetivamente cobrado na operação.

3.33. Informar imediatamente ao CONTRATANTE, através dos fiscais administrativos e Gestores do

Contrato o cancelamento de estabelecimento conveniado acompanhado da devida justificativa, bem como

os novos a serem cadastrados.

3.34. Manter nos estabelecimentos conveniados, em local visível, a identificação de sua adesão ao

sistema objeto deste contrato;

3.35. Informar a sua Rede Credenciada que as notas fiscais eventualmente emitidas em nome da

CONTRATANTE somente serão utilizadas para fins de garantia dos bens/serviços fornecidos e não

podendo em hipótese alguma serem utilizadas para fins de substituição tributária, nos termos do inciso II

do art. 121 da Lei nº 5.172/66, tendo em vista a inexistência de relação contratual com os mesmos.

A CONTRATADA deverá acompanhar a divulgação dos postos autuados e/ou interditados pela

Agência Nacional de Petróleo – ANP, por problemas de qualidade do combustível fornecido, e divulgar

imediatamente ao gestor do contrato formalizado com a Prefeitura Municipal;

3.37. Caso algum dos postos credenciados pela CONTRATADA constar da relação divulgada pela

ANP, a mesma deverá providenciar o novo credenciamento, se necessário, para substituir o anterior no

prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E EXTENSÃO

4.1. O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, podendo ser

prorrogado nos termos do inciso II, do art. 57, da lei 8.666/93 até o limite de 60 (sessenta) meses, tendo

em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total estimado de R\$ 2.500.000,00 (dois

milhões e quinhentos reais) com percentual de 0,00% sobre as transações efetuadas através do presente

contrato, na forma prevista no Edital.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. Pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar a CONTRATADA a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no Art. 87, da Lei

8.666/93 e Art. 7° da Lei 10520/02, na forma prevista no respectivo instrumento licitatório.

6.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem

justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Lagamar, resguardados os procedimentos legais

pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

a) Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato

pela recusa em recebê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem

prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93;

b) Advertência escrita pelo descumprimento de cláusulas contratuais;

c) Multa de mora no percentual correspondente a 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor

total do Contrato, por dia de inadimplência na entrega, até o limite de 03 (três) dias úteis, caracterizando

inexecução parcial;

d) Multa de mora no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pela

inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do mesmo;

e) Multa até o percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pelo

descumprimento de cláusulas contratuais;

f) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o município de

Lagamar pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais; e

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a

própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir

a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

h) Parágrafo único - As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força

maior, devidamente justificadas e comprovadas a juízo da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. O presente contrato poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei

8.666/93.

Parágrafo único - Na ocorrência de rescisão, por conveniência administrativa, a CONTRATADA será

notificada.

CLÁUSULA OITAVA - DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

LAGAMAR CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

8.1. O presente contrato terá validade e eficácia depois de publicado, por extrato, em órgão de imprensa

oficial, de conformidade com o disposto no parágrafo único, do Art. 61, da Lei 8.666/93.

Parágrafo único - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e

de seus eventuais Termos Aditivos no órgão de imprensa oficial.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização dos serviços será exercida pela Senhora CLAUDIENE MARAIZE CORRÊA, chefe

de divisão em transportes, neste ato denominada FISCAL, ao qual competirá dirimir as dúvidas que

surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a CONTRATADA (Art. 67 de Lei N. °

8.666/93).

Parágrafo primeiro - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade

da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de

imperfeições técnicas (Art. 70, da Lei 8.666/93).

Parágrafo segundo - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços,

se em desacordo com o Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE em até 30 dias mediante apresentação da nota

fiscal ao setor competente, fazendo constar da mesma, discriminação, quantitativo, modalidade de

licitação, preço unitário e preço total do (s) itens (s), devidamente atestadas pelo setor competente da

Prefeitura Municipal de Lagamar – CONTRATANTE;

10.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado

a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação;

10.3. Os pagamentos efetuados à CONTRATADA não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades

vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade;

10.4. A remuneração pelos serviços entrega do (s) item (s) realizados, obedecerá aos valores constantes

no Anexo V, os quais correspondem ao valor total do (s) item (s) contratados, já incluídos todos os

recolhimentos tributários, previdenciários, fiscais, trabalhistas e quaisquer outros porventura incidentes;

Prefeitura de Lagamar – MG CNPJ: 18.192.260/0001-71 Praça Magalhães Pinto, 68 - Centro - CEP 38785-000 - Lagamar/MG Telefone: (34) 3812-1125 - licitacao @lagamar.mg.gov.br 10.5. Quaisquer despesas extras ou valores cobrados em desacordo com o contrato não serão autorizados

pela Prefeitura Municipal de Lagamar;

10.6. O CONTRATANTE não assumirá responsabilidade pelo pagamento dos encargos e impostos que

competirem à Licitante vencedora, nem se obrigará a fazer-lhes restituições, ou reembolso, de valores

principais e acessórios, que está a despender com esses pagamentos;

10.7. A Licitante vencedora ficará responsável em comunicar ao CONTRATANTE o número da Conta

Corrente e o Banco para se efetuar o pagamento referente ao fornecimento (entrega), do (s) item (s). Caso

a conta não seja do Banco do Brasil será descontada a tarifa bancária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RETENÇÕES (SE FOR O CASO)

Parágrafo primeiro - PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº

8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas

pelo

Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da

nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o

disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL".

Parágrafo segundo - Como decorrência da retenção, a CONTRATANTE obriga- se a recolher ao INSS

a importância retida em nome da CONTRATADA, por meio de documento de arrecadação identificado

com a inscrição do estabelecimento da empresa CONTRATADA no CNPJ/MF e com a razão social da

empresa CONTRATANTE e CONTRATADA, até o dia dois do mês seguinte ao da data da emissão da

fatura, ou no primeiro dia útil subsequente, se não houver expediente bancário no dia dois.

Parágrafo terceiro - Na emissão da fatura, a empresa CONTRATADA deverá destacar o valor da

retenção, com o título de RETENÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL, observadas as regras da

Instruções editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Parágrafo quarto - A falta de destaque do valor de retenção no documento autoriza que a

CONTRATANTE proceda a devida retenção sobre o título de cobrança ou o devolva a CONTRATADA

para que seja providenciada a adequação.

Parágrafo quinto – A CONTRATADA deverá apresentar planilha de custos que comprove a parte de

fornecimento de materiais discriminada na nota fiscal de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER

NATUREZA (SE FOR O CASO)



12.1. A CONTRATADA deverá destacar alíquota correspondente ao serviço prestado observando a Tabela I da referida Lei, calculada sobre o valor bruto da nota fiscal.

Parágrafo primeiro – Na emissão da nota fiscal de prestação de serviços, a empresa CONTRATADA deverá destacar o valor do imposto, no campo específico, observada a legislação pertinente.

Parágrafo segundo - A falta de destaque do valor do imposto no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE proceda o devido desconto sobre o título de cobrança ou devolva a CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

13.1. As despesas decorrentes da aquisição correrão no exercício de 2022 por conta das dotações orçamentárias própria da Prefeitura Municipal de Lagamar, na classificação orçamentária nº 1.523 de 05 de novembro de 2021, nos exercícios seguintes, correrão a conta da dotação orçamentária própria, para atender as despesas da mesma natureza:

02.20.0.04.122.0402.2005.3.3.90.30-FICHA 48 02.20.0.06.181.0401.2006.33.30.41-FICHA 52 02.30.0.04.122.0402.2007.3.3.90.30-FICHA 59 02.50.0.04.122.0402.2014.3.3.90.30-FICHA 102 02.50.0.15.452.1501.2015.3.3.90.30-FICHA 114 02.50.0.26.782.2601.2022.3.3.90.30-FICHA 165 02.60.01.10.122.1001.2028.3.3.90.30-FICHA 199 02.60.01.10.302.1003.2032.3.3.90.30-FICHA 225 02.63.01.08.122.0801.2007.3.3.90.30-FICHA 301 02.64.0.08.243.0802.2094.3.3.90.30-FICHA 357 02.70.01.12.122.0402.2053.3.3.90.30-FICHA 410 02.70.01.12.361.1202.2054.3.3.90.30-FICHA 420 02.20.0.04.12.0402.2005.3.3.90.39-FICHA 50 02.20.0.06.181.0401.2006.3.3.30.41-FICHA 52 02.30.0.04.122.0402.2007.3.3.90.39-FICHA 62 02.50.0.04.122.0402.2014.3.3.90.39-FICHA 104 02.50.0.15.452.1501.2015.3.3.90.39-FICHA 116

02.50.0.26.782.2601.2022.3.3.90.39-FICHA 167

02.60.01.10.122.1001.2028.3.3.90.39-FICHA 201

02.60.01.10.302.1003.2032.3.3.90.39-FICHA 227

02.63.01.08.122.0801.2007.3.3.90.39-FICHA 303

02.64.0.08.243.0802.2094.3.3.90.39-FICHA 360

02.70.01.12.122.0402.2053.3.3.90.39-FICHA 410

02.70.01.12.361.1202.2054.3.3.90.39-FICHA 422

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PRAZO/CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE

FORNECIMENTO:

14.1. Trata-se de serviços continuados, sem fornecimento de mão de obra a serem executados

ordinariamente de segunda-feira a domingo, de 0:00h até 24h, de acordo com a necessidade da

administração.

14.2. Em caráter excepcional, no caso de falha do sistema online, a CONTRATADA deverá disponibilizar

meios alternativos que possibilitem realizar a transação de modo a não interferir na rotina operacional da

CONTRATANTE, garantindo a continuidade dos serviços contratados.

14.3. A solução proposta deverá possibilitar o registro dos dados de quilometragem, identificação do

veículo e condutor, datas, horários, tipos de serviços realizados e produtos adquiridos através de sistema

de Gerenciamento integrado, com banco de dados contendo todas as transações, de forma a viabilizar a

emissão de relatórios gerenciais.

14.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso a software, em ambiente web para gerenciamento

da frota da CONTRATANTE, sendo de sua responsabilidade, o cadastramento de todos os veículos que

a integrarem, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da assinatura do contrato ou da

solicitação da CONTRATANTE.

14.5. O sistema deverá permitir inclusão permanente de novos usuários e veículos no banco de dados.

14.6. Após a assinatura do contrato, as partes definirão a sistematização de novos credenciamentos, desde

a forma de solicitação até os requisitos exigidos, atentando-se para o prazo máximo de 10 (dez) dias.

14.7. O sistema deverá ser compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais Windows

95/98/XP/2000/Vista/Seven/8 e Linux, com os navegadores MS Internet Explorer, Mozilla Firefox e

Google Chrome, e também com ferramentas de escritório Microsoft Office 97/2000/XP/Vista/Seven,

LibreOffice e BrOffice, ou outro que possa vir ser a utilizado pela CONTRATANTE, desde que

amplamente utilizado no mercado, sendo de responsabilidade da CONTRATADA quaisquer softwares

adicionais necessários ao seu acesso.



14.8. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da CONTRATADA, utilizado no atendimento das demandas da CONTRATANTE, não deverá ser superior a 02 (dois) dias consecutivos.

14.9. Os estabelecimentos credenciados para fornecimento de combustível deverão, preferencialmente,

prestar atendimento contínuo e ininterrupto durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, os 07 (sete) dias

da semana, inclusive feriados, atendidos os demais quesitos de localização, valor e qualidade no

atendimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, é competente o Foro da Comarca de

Presidente Olegário – MG.

E, para firmeza e como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Termo

de contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em 2 (duas) vias de igual teor e forma,

pelas partes CONTRATANTES, tendo sido arquivado na Prefeitura Municipal de Lagamar, com registro

de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

Lagamar - MG, 12 de setembro de 2022.

MUNICÍPIO DE LAGAMAR-MG

Auro José Pereira

-Prefeito Municipal-

LINK CARD BENEFÍCIOS EIRELI

CNPJ: 12.039.966/0001-11 Patrícia Aparecida de Lima

CPF: 315.737.018-90

$\Gamma \Sigma \Sigma \Gamma$	II IN	ИL	٨	C.

TESTEMUNHAS:		
1	2	
Nome:	Nome:	
CPF:	CPF:	
Cargo:	Cargo:	